

Colher plantas. Semear ideias. Luís W. Carrisso (1886-1937) e a ocupação científica das colónias portuguesas (1934)

Ana Cristina Martins

No início do Estado Novo, reflectiu-se acerca da investigação científica a lançar nos territórios de além-mar, enquanto elemento imprescindível do desenvolvimento e afirmação do país perante si e perante os outros. Entre os críticos mais contundentes e esclarecidos, contavam-se investigadores e professores universitários de renome nacional e internacional, mormente de Coimbra. Foi o caso do geólogo Anselmo Ferraz de Carvalho (1878-1955) e sobretudo do botânico de Coimbra, Luís Wittnich Carrisso (1886-1937), ao alertar para a insuficiência de meios essenciais ao seu êxito. Principalmente quando o seio universitário não dispunha, por maioria de razões, de uma desejável experiência colonial. Juntava, contudo, a sua voz à dos convictos na finalidade económica do conhecimento científico dessas geografias tropicais, designadamente na matéria que lhe era mais próxima, a exploração agrícola, ampliando-lhe os resultados, não tanto do ponto de vista meramente científico e paisagístico, quanto do económico. Havia, por conseguinte, que orientar cientificamente a valorização desses territórios, como testemunhou em conferência proferida no âmbito da 1.ª Exposição Colonial (Porto, 1934), sugestivamente intitulada Ocupação científica das colónias portuguesas. O seu empenho nesta matéria mereceu-lhe um lugar no Conselho do Império Colonial, confirmando-se assim o prestígio que granjeava junto dos meios académicos e corredores políticos. É pois o seu contributo para a agenda colonial portuguesa, por intermédio da investigação científica, que constitui o fundamento da nossa comunicação.

“Tenho-me na conta de um homem de acção,
e tenho a vaidade de me julgar capaz de realizar,
dentro da modéstia das minhas possibilidades,
uma obra determinada.
Sou homem de trabalho, que ao trabalho
vai buscar as maiores consolações da vida.”

(Carrisso, 1928b, p. 11)

Luiz W. Carrisso: um homem de ciência, para a ciência

Enquanto Luiz Wittnich Carrisso (1886-1937) se embrenhava no universo das plantas, timbrando o seu nome na História da Botânica, Portugal transcorria diversos agendamentos políticos. O declínio monárquico, a implantação republicana, o envolvimento na 1.ª Grande Guerra, a ditadura militar e o Estado Novo, foram e eram momentos vividos em profundidade, partilhando, opondo e conturbando sentimentos, mesmo os mais efusivos, frustrantes, optimistas ou renegados. Turbilhão de pensamentos e de sentires que em pouco beliscou a produção científica. A não ser nos que feneceram. A não ser nos que, desiludidos com práticas contraditórias de ideários proclamados, se afastaram, encerrando-se em si ao desesperançarem-se com o cenário envolvente. Muitos outros, porém, firmaram ânimos, vontades e propósitos em nome de algo que norteasse suas existências, insuflando-as de coerência, do que substanciasse seus dias, preenchendo as horas que passavam velozes.

Demasiado céleres para quem fazia da ciência, do conhecimento, do escrutínio da natureza, o seu próprio ser, a sua vida, o seu quotidiano.

L. W. Carrisso foi um destes casos; de alguém firme nos seus desideratos; convicto do papel inestimável da ciência na afirmação nacional e no desenvolvimento económico e cultural do seu país. Discípulo e continuador do grande promotor do ensino e do estudo botânico em Portugal, Júlio Augusto Henriques (1838-1928), cedo revelou a excelência do seu trabalho. Empenhado, tenaz e visionário, abraçou um dos maiores projectos da sua vida: elevar a ciência botânica em Portugal a parâmetros internacionais. Tarefa árdua, espinhosa e, por vezes, decepcionante. Mas o professor de Coimbra não esmorecia. Antes se agigantava na vontade de ir mais além, de fazer mais e melhor. Mormente no que respeitava ao Instituto de Botânica da Universidade de Coimbra (IBUC), que dirigiu e beneficiou profusamente até falecer (1937), em solo estranho, porém entranhado, porquanto estimado na sua demanda permanente pela inovação e realce. Enquanto isso, reflectia, traçava objectivos científicos, concebia programas de trabalhos, associando com maior convicção ciência e política no que aquela podia e devia contribuir para o bem-estar dos povos, crescimento dos países e destaque no xadrez internacional. Por isso também assumiu múltiplas responsabilidades, entre as quais a presidência da municipalidade de Coimbra (1935), a representação dos municípios na Câmara Corporativa e o lugar no Conselho do Império Colonial (1934-1937), esse autêntico fomentador da investigação científica em África. Enquanto isso, reforçava a primazia do seu labor ao representar a Universidade de Coimbra (UC) e o país em conferências internacionais, ao mesmo tempo que se transfigurava no pilar da Sociedade Broteriana.

Ciência e política colonial

Transformando-se num pedagogo estimado por quem mergulhava nos mistérios da vida através da botânica, L. W. Carrisso deixou um amplo lastro sustentador do seu pensamento e planos futuros (dos quais o plano de *Ocupação Científica do Ultramar Português*, de 1945), batalhando por dotar o IBUC de equipamento actualizado e especialistas de renome. Somente assim a botânica frutificaria, formando escola a manter, expandir e melhorar por gerações vindouras. Dividindo novos rumos para a ciência cultivada, glorificando-a e garantindo a sua perpetuação na figura de seus discípulos, L. W. Carrisso reconheceu o enorme e quase inesgotável potencial das colónias portuguesas. Vislumbre retirado de outras potências colonizadoras, onde há muito investigadores e centros de investigação se votavam ao escrutínio dos territórios de além-mar para valorizar seus países no teatro das rivalidades mundiais.

Comungando do ideário nacionalista imperante em finais dos anos 20, L. W. Carrisso defendia, com convicção, a necessidade de promover o conhecimento científico das colónias para glória de Portugal. Havia por conseguinte que aliar produção científica e agenda política. Botânico conceituado no mundo académico nacional e internacional, figura proeminente da sua geração, investigador, docente, dirigente universitário e figura política, L. W. Carrisso deixou-se fascinar pela diversificada, numerosa e (ainda muito) desconhecida flora africana. Sobretudo dos territórios administrados por Lisboa. Situação incómoda comparada à firmada por outros colonizadores europeus. Sobretudo ao deterem menores geografias e sóbrio histórico imperial. Tal não os obstava porém de organizar missões científicas contempladas com recursos humanos e materiais basilares ao inventário do copioso repositório natural de além-mar. Experiência cumulada desde finais de oitocentos, quando a insaciável industrialização exigia novos mercados, nova mão-de-obra e novas matérias-primas. O método secular de exploração desses recantos mundiais era no entanto ultrapassado agora por uma contemporaneidade acorrentada a novos ditames económicos e financeiros. Urgia por isso repensar as colónias. Reflecti-las, exigia contudo conhecer em profundidade suas características e valências humanas, biológicas e geológicas.

Não era a primeira vez que Portugal (re)pensava o seu vasto império. Antes de vozes, como a de L. W. Carrisso, se erguerem em corredores decisivos do país, já um escol de individualidades gradas da política e da intelectualidade nacionais se faziam escutar. Algumas, viram suas medidas implementadas. Outras, perdidas por entre espirais de ideias, bradaram-nas em periódicos e monografias. Lidas por poucos e atendidos por menos, lançaram ideias estruturantes de uma realidade antevista (mesmo que de forma monolítica), insistindo na renovação de atitude face aos territórios para lá do equador. Os meados do século XIX trouxeram por fim uma ocupação gradual do interior das colónias. Em especial de Angola, por intermédio de campanhas militares, expedições políticas e científicas. Sobressaiu nas últimas o médico e naturalista austríaco Frederico Welwitsch (1806-1872), contratado para o estudo fitográfico do território (1853 e 1861), ocupando o lugar de conservador do Jardim Botânico da Ajuda (1840 e 1861). Apesar deste primeiro grande esforço, a verdade é que, mais de meio século depois, “em Angola como nas outras colónias, *a investigação científica portuguesa não se afirmou como devia.*” (Carrisso, 1928b, p. 19. Nosso itálico).

Havia razões para temer o pior. A perda de geografias clamadas portuguesas podia tornar-se real. Foi então vital impedi-la. Fundada a Sociedade de Geografia de Lisboa (1875), fomentou-se uma nova política ultramarina de inspiração *regeneradora*. Criou-se a Comissão Central Permanente de Geografia (CCPG) (1876), adstrita ao Ministério dos Negócios da Marinha e Ultramar. Os resultados desejados não foram contudo atingidos. As razões foram várias, destacando-se a fragilidade da estratégia traçada perante a complexidade do desafio a vencer. Mais grave, era a impreparação do país para acolher o programa de João de Andrade Corvo (1824-1890) substanciado na recolha e estudo de materiais passíveis de revelar a totalidade dessas regiões tão longínquas, secundando congéneres estrangeiras. Como em relação a outros aspectos da vida portuguesa, ironizava-se reiteradamente a ausência de uma vontade intrínseca, real, de proceder de acordo com as necessidades assomadas e o xadrez político europeu onde nos movíamos. Como se bastasse participar modestamente em exposições universais organizadas por uma burguesia ascendente. Ilusão pura.

Os escolhos e imperfeições encontrados nesta demanda não anularam o facto de, possivelmente pela primeira vez de modo tão eloquente, se entrecruzar ciência e política com o objectivo primeiro de desenvolver Portugal. Houve, é certo, ensaios anteriores. Testemunham-no as *viagens filosóficas* da Academia Real das Ciências de Lisboa (ARCL) (1779). Mas, embora modelares, foram na sua maioria intermitentes e estéreis, ao não integrarem um projecto super estrutural. A. Corvo planeou então o seu ideário para os territórios ultramarinos, de modo a enfrentar com lucidez a poderosa Inglaterra. Instava por isso conhecer de modo abrangente esses remotos termos para melhor os administrar e fruir economicamente, compondo um verdadeiro programa de investigação científica sustido pelos melhores recursos humanos e materiais disponíveis. Mesmo que estrangeiros. Esforço inglório. As críticas foram arrasadoras. Antes de mais, denunciava-se a inexistência de esclarecimento público sobre os objectivos e procederes da nova actuação. Havia que mudar ideias e mentalidades, adaptando-as à política internacional esteada num impetuoso desenrolar económico, financeiro e social de uma Europa à mercê da voragem industrial. Neste vórtice quase imperceptível, os interesses coloniais conquistavam relevância capital, nomeadamente para um país como Portugal.

Não surpreende por conseguinte que a CCPG cedesse a outro organismo onde a Geografia (física e política) alicerçou o conhecimento humano, social, natural e exacto dos trópicos colonizados por Lisboa. Elo de ligação entre diferentes (mas complementares) áreas de saber, a Geografia interconectou vontades políticas e curiosidades científicas, dela nascendo a Comissão Central de Geografia (CCG), num ano (1880) de particular fervor nacionalista com a evocação camoniana. Englobada na Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL), a CCG (re)definiu fronteiras ultramarinas para consolidar a posição portuguesa em África. Procedeu mais tarde a trabalhos de triangulação acompanhados de debates enérgicos sobre metodologia de campo. Em especial, quando não era sempre fácil encontrar e manter o

equilíbrio entre pensamento político (SGL) e decisão política colonial (Governo). Permutaram-se em todo o caso opiniões, conceitos e meios indispensáveis de acção, (re)utilizando-se saberes e recursos. Tudo num ambiente de discussão saudável e profícua.

Mas o lento adormecimento da CCG era inegável. Apesar de fornecer ao Ministério do Ultramar os especialistas indispensáveis, a SGL não conseguia assegurar os meios próprios de actuação. Em particular num momento em que o Governo traçava e assumia o plano de Ocupação do Ultramar, estruturado por investigadores ao serviço de entidades públicas. Decisão tanto mais importante quando, nas palavras do próprio L. W. Carrisso, “mesmo mutilado, o Império Colonial português ainda constitue um conjunto grandioso. Não será de certo por falta de espaço que nós deixaremos de cumprir a nossa missão histórica” (Carrisso, 1928b, p. 19). Neste entretanto, a SGL afastava-se das teses expansionistas para enlaçar a investigação científica tropical. Surgiu assim a Comissão de Cartografia (CC) (1883). O cumprimento da sua missão foi no entanto delongado por dificuldades financeiras e contrariedades políticas. Apesar disso, o Atlas Geral das Colónias foi realizado a partir de missões científicas enviadas especialmente para o efeito. A começar por Angola, recuperando-se o Mapa Cor-de-Rosa através *De Angola à Contra Costa*. Vivia-se uma conjuntura internacional pontuada de múltiplas e sobejas pretensões fronteiriças minimizadas por Ernesto de Vasconcelos (1852-1930). Perspectivando garantir os direitos de Portugal, a sua posição foi reforçada por um grupo de especialistas, quadros ministeriais e demais funcionários administrativos. Viram-se ademais apoiados por documentos basilares às suas competências, o Questionário para as Autoridades Administrativas e as Instruções para o Traçado de Itinerários. O seu conteúdo exprime o muito a percorrer até apreender de forma total os territórios de além-mar. Estavam bem cientes de como o progresso económico fundeado na emigração metropolitana e num sistema administrativo racional dependia do conhecimento profundo do terreno.

Havia pois que cartografar para ocupar; ocupar para explorar. Havia sobretudo que proceder a uma concertada e sistemática exploração científica e administração política das colónias. Tudo em uníssono. Tudo em nome da perpetuação do ideário imperial. Tudo pela sobrevivência do próprio país. Por isso também a CC foi abrangida pela agenda republicana, não obstante as problemáticas aduzidas por algo (supostamente) incompatível à sua filosofia. Passou então a órgão consultivo da 6.ª Repartição da Secretaria das Colónias, confirmado pelo governo sidoniano, após a 1.ª Grande Guerra, até à reforma do Ministério das Colónias (MC) (1919), altura em que foi transferida para a Direcção dos Serviços Diplomáticos, Geográficos e de Marinha. Mudança elucidativa do seu novo rumo, recentrado na demarcação das fronteiras coloniais. Assumia-se assim o interesse político da investigação científica associada. Em concreto, num contexto internacional adverso à República portuguesa. Foi de novo a SGL a coadjuvar, sugerindo a aliança entre ciência, economia, administração e política colonial, constituindo para o efeito a Comissão Especial de Estudo dos Problemas Coloniais, subdividida em subcomissões científicas. Entretanto, a reestruturação da administração central ultramarina (1920) inscreveu a CC na repartição dos Estudos Geográficos (EG) da Direcção Técnica do Fomento pertencente à Direcção-geral dos Serviços Centrais da Secretaria do MC. Mantinha porém a composição e atribuições anteriores (1893 e 1902), acrescidas (1924) dos recursos dos EG e saberes universitários.

Decidindo-se politicamente, discutia-se, ponderava-se e concebia-se a investigação científica nas colónias, como indissociável do desenvolvimento e afirmação do país. Agendaram-se conferências e imprimiram-se inúmeros opúsculos desaprovando a apatia de governos sucessivos nesta área. Fazia parte dos críticos mais doutos e incisivos o geólogo da UC, Anselmo Ferraz de Carvalho (1878-1955). Era impensável para este professor que a organização das missões ignorasse os recursos humanos e materiais existentes nas universidades, porquanto fundamentais ao sucesso dos trabalhos definidos. Evitar-se-ia assim o contínuo adiamento do seu início. Outros o secundaram nestas duras censuras. Foi o caso do Engenheiro Silvicultor Raul Guardado, ao insistir na importância e urgência de montar uma

missão de reconhecimento (= ciência) e exploração (= economia) das florestas moçambicanas. O veterinário Cristiano Sheppard Cruz (1892-1951) foi mais longe na clareza de pensamento. Elevando o seu saber, recordou a premência de transmudar a ciência experimental em ciência de aplicação norteada pela política (neste caso) colonial. Não obstante concordar com estas duas posições complementares, o botânico de Coimbra Luís W. Carrisso alertava para uma série de óbices à sua concretização. Entre eles, a insuficiência de meios. Nomeadamente nas próprias universidades, francamente deficitárias em prática e conhecimento colonial. Na verdade, eram quase inexistentes. Defendia no entanto o intuito económico do conhecimento científico das colónias. Em especial da matéria que lhe era mais próxima, a exploração agrícola. No seu entender, havia que ampliar resultados económicos, a par dos científicos e paisagísticos, orientando cientificamente a valorização desses territórios para cimentar o projecto político do Estado Novo que parecia acolher sem reservas.

Não estranha este envolvimento de docentes universitários. Em especial de Coimbra. Elementos vivos de especializações (uma das cruzadas de L. W. Carrisso) e conhecimentos holísticos, os seus laboratórios, salas, bibliotecas, arquivos e museus sustentavam, como noutros estados, o quotidiano nacional, nas suas múltiplas abrangências. Além do mais, as Universidades de Lisboa e do Porto eram muito recentes, pese embora a excelência do quadro docente, conteúdos programáticos, projectos de investigação e ensaios impressos. Mas Coimbra continuava a desfrutar de longa tradição, herdando os primeiros grandes ensaios tutelados pelas novas linhas oitocentistas de pensamento e abordagem, que nela se cimentaram após eclosão europeia. Fora a única esfera universitária portuguesa até ao definir monárquico, nela laborando especialistas nacionais conjuntamente a estrangeiros contratados pelo merecimento do trabalho cumulado, a romper fronteiras entre nós. Aparte experiências internas decorridas no âmbito da ARCL, entre finais de setecentos e inícios de oitocentos, quase ninguém se aventurou por terras de além-mar com propósitos meramente científicos, objectivando embora incrementos económicos e dividendos financeiros. Excepção feita ao IBUC.

Mercê da amizade, transformada em auxílio, do antigo discípulo de L. W. Carrisso, A. Torres Garcia, então Secretário Provincial da Agricultura em Angola, o IBUC realizou, em 1927 (Carrisso, 1928a; Carrisso, 1932b), uma expedição de reconhecimento botânico a Angola (Cabinda, Lunda, Benguela, Huila e Moçâmedes). Proximidade pessoal justificativa da opção por este território, ao invés de Moçambique, um dos poucos redutos africanos cuja flora era desconhecida quase na totalidade. O Com.dte João Belo (1876-1928), Ministro das Colónias, e o Alto-Comissário em Angola, Coronel A. Vicente Ferreira facilitaram os transportes. O Ministro das Finanças, General J. Sinel de Cordes (1867-1930), subsidiou equipamento e material científico (Carrisso, 1932a, p. 3). Compunham a missão apenas L. W. Carrisso e Francisco de Ascensão Mendonça (1889-1992), 1.º Assistente do IBUC, certamente por dificuldades orçamentais. Decorrida entre 1 de Junho (embarque em Lisboa) e 13 de Dezembro (desembarque na capital portuguesa), a missão cruzou-se, em Huambo, com a Geológica, numa comprovação dos ensaios realizados neste sentido muito antes da criação do organismo estatal que haveria de tutelá-los (*vide infra*). Mais do que isso, este encontro demonstrava como o reconhecimento dos solos se encontrava mais adiantado na árdua, porém estimulante, tarefa de esquadrihar as colónias. Preferência explicável pela necessidade de retirar rápidos proventos das suas entranhas, para com eles alimentar uma economia sequiosa de minérios, aferindo-se em simultâneo locais de edificação de infra-estruturas vitais à sobrevivência da política colonial portuguesa. Convicção antiga, como reconhecia L. W. Carrisso: “Todos os esforços dos Governos serão inúteis e estéreis, enquanto Portugal não tiver à sua disposição homens capazes de investigar devidamente o estado das nossas colónias, de avaliar as suas tendências, de conceber, elaborar e traçar o plano da sua organização administrativa...” (Júlio Máximo de Oliveira, Visconde de Vila Maior *apud* Carrisso, 1934b, p. 15).

“Cheio de entusiasmo e de fé...que somos capazes de nos ocupar daquilo que nos pertence, e de o valorizar para o progresso da Humanidade” (Carrisso, 1929-1930, p. 312), L.

W. Carrisso organizou, dois anos depois (1929), uma *excursão académica* a Angola, anunciada na SGL em Maio do ano anterior. A designação escolhida não deixa de ser interessante. Curiosa, por conferir um estatuto mais informal aos propósitos da viagem, assim como ao ambiente pretendido. Descontraído, mas não alheado. Possivelmente inspirada em modelos estrangeiros, esta experiência afastava-se das visitas domingueiras de acentuado pendor tardo romântico, em busca de resquícios de uma ancestralidade gloriosa. Tratava-se de um recurso bem conhecido além-fronteiras, onde as necessidades de afirmação identitária suscitavam eventos similares e a formação de sociedades específicas. As exigências académicas obrigaram no entanto à sua reapreciação, surgindo as excursões, muitas vezes designadas pela especialidade científica contemplada. Pensadas, organizadas e lideradas por docentes universitários, o leque de membros nelas integrados era assaz mais restrito. O primeiro objectivo não era divulgar conhecimentos. O intuito primacial era analisar, discutir e apreender aspectos menos abarcados em auditórios tradicionais. L. W. Carrisso teria bom conhecimento desta realidade. Saberia quão útil era. Sobretudo para rasgar horizontes, trazendo a Academia para o campo, nele colhendo, em directo e em primeira mão, a essência da própria humanidade inscrita numa natureza que a nutria. Dispondo de recursos seculares para pesquisar o seu território, Portugal precisava de alargar horizontes quanto ao além-mar. Podia ser auspicioso de algo a estender no espaço e no tempo. Desconhecemos se não o fez por prescindível, por desmotivação ou por inoportunidade. Sabemos, isso sim, que terá bastado para alertar autoridades para a relevância e urgência do (re)conhecimento intenso das colónias. A começar por Angola.

A *excursão* formou-se por colaboradores do IBUC, professores e alunos das universidades e escolas superiores portuguesas (Carrisso, 1934a, p. 6), num total de 22 pessoas. Retornados ao continente europeu, “seriam os melhores propagandistas do nosso Império Colonial” (Carrisso *apud* 1939, p. 25)¹. Primeira do género realizada entre nós, teve “funda repercussão...na consciência nacional” (Carrisso, 1934a, p. 6). A novidade aportada justificou em pleno a conferência preferida pouco depois na Sala dos Capelos da UC, espaço simbólico da sapiência e excelência científica nacional. Mereceu de igual modo idealizar um *Congresso-excursão de Geografia Botânica* (ou de *Fitogeografia*) para o mesmo território em 1931, não concretizada por insuficiência financeira.

Nesta, como noutras ocasiões, L. W. Carrisso reflectiu acerca da posição de Portugal nas colónias e perante as colónias. O contexto internacional não era propício à desatenção metropolitana para com os territórios de além-mar. Ao contrário, a pressão internacional exercia-se no sentido oposto, demandando, através da Sociedade das Nações (com relatório de 1925 demolidor de Portugal em Angola), um empenho redobrado da Europa em relação às suas colónias, sob pena de ser ostracizado por uma comunidade cada vez mais exigente. A avidez das economias do pós-guerra e do *crash* norte-americano exigia novos mercados, matérias-primas e mão-de-obra. África podia ser a solução. Mais do que isso, podia metamorfosear-se de modo oficioso num palco privilegiado de concorrências ocidentais. Reavivaram-se então críticas e sofreguidões imperiais de oitocentos sobre as colónias africanas portuguesas. A nota era porém agora mais acentuada. Não bastava ocupar. Havia que desenvolver. A ocupação só fazia sentido se conduzisse ao crescimento dos territórios colonizados. Crescimento económico, financeiro e cultural. Portugal pouco fizera neste domínio. A ocupação fora sempre superficial. Nada comparada à experiência de outros países. Em especial da Inglaterra, ao interiorizar a vantagem de incrementar, em todas as linhas, os territórios administrados. Somente assim se ocupava o todo. Lisboa confrontava-se pois com uma “moralidade” ditada por forças internacionais, descrita pelo próprio L. W. Carrisso:

¹ “De regresso votámo-nos todos à propaganda: dezenas de conferências por esse país em Lisboa, Porto, Coimbra, Braga, Aveiro, Viseu, Évora e Leiria; artigos de jornal e de revista; e em palestras e nas simples conversas, todos nós deixávamos transbordar o entusiasmo de que nos sentíamos possuídos e julgo que o soubemos transmitir. Tenho abundantes provas do que afirmo e suponho que ao despontar da mentalidade colonial, a que se está assistindo, não foi indiferente a propaganda e o êxito da Missão Académica de Angola” (1939, p. 26).

sei de sobejo que, nos termos actuais daquilo a que poderemos chamar «a moral internacional» *só teem direito a terem colónias as nações que provem, pela sua actividade colonial, ser capazes de as valorizarem e utilizarem para o bem comum da Humanidade* (Carriso, 1934a, p. 9. Nosso itálico)

Portugal tinha de actuar com rapidez se pretendia manter-se como império. Havia pois que colonizar (= civilizando), desenvolvendo e valorizando as comunidades humanas, rentabilizando recursos naturais. Para L. W. Carriso, colonizar equivalia a (re)construir com as disponibilidades das colónias. Incluindo as comunidades locais. Mas, como homem de ciência, de iniciativa e conhecedor das linhas de investigação firmadas além-fronteiras, L. W. Carriso amparava-se numa imagem em revisão por demais comunidades científicas. Comungava no entanto de ideias estribadas numa determinada literatura portuguesa. Não surpreende assim que afirmasse serem os indígenas “homens como nós, que é necessário *eleva a um mais alto nível material, moral e social, arrancando-os à fatalidade* de uma evolução, que por ser lenta ou degradante, os afastou de nós.” (Carriso, 1934a, p. 12. Nosso itálico). Defendendo a teoria evolucionista não linear, criticava deste modo a certeza da hierarquia biológica do ser humano. Mas não deixava o tom de saliente paternalismo. Mais do que isso, insistia na ordenação civilizacional e, acima de tudo, na obrigação (moral) dos povos culturais em elevar os povos naturais. Era um dever moral. Mais do que moral, histórico. Além disso, contraditava com asserto a negação da premência civilizadora dos autóctones por serem (assim se entendia) incapazes de se aperfeiçoarem, reprovando em simultâneo o cruzamento racial e defendendo o seu isolamento em áreas predeterminadas. Ao contrário, L. W. Carriso entendia que “colonizar é uma obra social, cujo primeiro objectivo é a elevação do indígena” (Carriso, 1934a, p. 14); numa evidência da missão cristã do colonizador, forçado a ascendê-lo para uniformidade processual.

L. W. Carriso e a ocupação científica das colónias portuguesas

Dedicada à *Mocidade Portuguesa*, a prelecção de L. W. Carriso na sala dos Capelos da UC (2 de Março de 1928), intitulou-se significativamente *O problema colonial perante a nação*. Enaltecendo os feitos marítimos dos antepassados portugueses, assinalou a ausência de base científica do processo colonizador. Em especial, quanto a um plano acutelado e metódico. Para o autor, essa vacuidade patenteava falhas estruturantes do ser, estar e fazer português. Faltava-nos a característica que “tanto invejamos aos outros povos que actualmente desempenham na vida mundial um papel análogo, mas talvez mais restrito, do que aquele que há quatro séculos nos pertenceu.” (Carriso, 1928b, p. 9). Defeito a debelar, sob pena do xadrez político mundial nos pulverizar. Era pois o momento de alterar este quadro. Até porque “*A nossa verdadeira História está hoje a fazer-se*, e essa obra, de transcendente interesse patriótico, honra sobremaneira os seus autores” (Carriso, 1928b, p. 9. Nosso itálico); de harmonia com a agenda ideológica vigente entre nós.

Nesta sua lição de sapiência, o celebrado botânico enfatizou a urgência de validar e sustentar cientificamente a economia colonial. Também nisto secundava seu mentor, J. Henriques, introdutor da dimensão ultramarina no Jardim Botânico da UC. Mas, com que objectivo? Antes de mais, para rentabilizá-las. Assim procediam outras metrópoles desde finais do século precedente. Atitude premente face às críticas internas ao projecto colonial, “um cancro que roe a economia nacional, um sorvedouro de vidas e dinheiro” (Carriso, 1934a, p. 11).

Em suma, as colónias portuguesas não rendiam. Antes pelo contrário. Longe de esmorecer e aderir a esse coro definhado, L. W. Carriso destacava sucessos. Entre eles, o comércio da borracha indígena. Embora delicado, era assunto fácil de resolver. Bastava abordá-lo de forma científica. A sua ruína resultara dos valores praticados por outros mercados, “onde a cultura das plantas borrachíferas e a preparação da matéria prima era feita

segundo processos científicos” (Carriso, 1928b, p. 23). Havia que fazer algo. Em especial, quando a terra constituía “fonte única que é de uma vida económica sã e perdurável” (Carriso, 1928b, p. 24). Mais do que isso, “a tão decantada riqueza de Angola não é um mito, é um facto.” (Carriso, 1928b, p. 25); ao reunir “um complexo de qualidades que a torna talvez a região mais interessante da África, para além do equador” (Carriso, 1928b, p. 25). O potencial de Angola era inequívoco e precisava de ser explorado quanto antes. Sobretudo agora que os meios e as vias de comunicação uniam com maior celeridade as suas localidades principais, minimizando o estilhaçar de eventuais focos de instabilidade política e social. Registava-se também uma melhoria substancial da generalidade das condições sanitárias, assim como a disponibilidade de uma imensa massa trabalhadora local. Até porque, como afirmou Maximino Correia (1893-1969), em edição evocativa de L. W. Carriso, “*O estudo científico, metódico, sob tôdas as modalidades da flora, da fauna, da geologia, da antropologia, da etnografia, etc., tem tanta importância como a ocupação militar e administrativa.*” (1939, p. 19. Nossos itálicos).

Mas, “Para resolvermos o problema colonial, para continuarmos essa *expansão da nossa raça que constitui o objectivo histórico da Nacionalidade*” (Carriso, 1928b, p. 30. Nosso itálico), era necessário dispor de recursos materiais e humanos com *preparação moral e técnica*. Além de frisar o propósito (ultra) nacionalista do projecto colonial, o professor de Coimbra salientava algo de suma importância para o país, porquanto alicerçador: a união entre programa político e educação. Situação arrastada e debatida desde a centúria anterior, com a implantação dos regimes liberal e republicano, na esteira das reformas pombalinas. O assunto era reforçado agora com a premência de manter as colónias, tornando-as, mais do que auto-suficientes, rentáveis à metrópole. Mas, como proceder quando reinava o desconhecimento (quase) absoluto sobre esses territórios? Como actuar, quando os temas inerentes não ingressavam no ensino, em especial superior, de si carente de alguma qualidade genérica, mormente quanto à investigação? Questões inadiáveis quando a educação era vital ao desenvolvimento do país e suporte do ideário dominante. A inconsciência deste facto tornara a vida política e social do país demasiado atribulada, aumentando de modo exponencial a revolta social (*filha da desordem dos espíritos*), o desrespeito e a privação de civismo.

A botânica no processo colonial

Louvando o labor de predecessores, como J. Barbosa du Bocage (1823-1907), Conde de Ficalho (1837-1903), J. Henriques e F. Welwitsch (1806-1872), prosseguido, entre outros, por J. Gossweiler (1873-1952), A. Exell (1901-1993) e F. de Ascensão Mendonça, L. W. Carriso lamentava que as colecções botânicas recolhidas em colónias portuguesas fossem estudadas por estrangeiros e no estrangeiro. Em especial no Museu Britânico. Não existiam naturalistas nacionais com conhecimento directo dessas realidades, por ausência de recursos monetários para o efeito; por carência de colectores seguidores de José de Anchieta (1832-1897); por impreparação dos institutos e gabinetes. Exceptuando a geologia, apoiada nos últimos anos pela importância económica aduzida, *a ciência colonial portuguesa quasi emudeceu* (Carriso, 1934b, p. 12). Entretanto, as colónias portuguesas eram calcorreadas por expedições estrangeiras, *recolhendo cuidadosamente aquilo que desprezamos* (Carriso, 1934b, p. 13); acedendo-se aos seus resultados com extrema dificuldade, *pela pobreza dos nossos laboratórios e bibliotecas* (Carriso, 1934b, p. 14). Várias foram as causas da falta de formação de nacionais nestas especialidades. Em 1934, por exemplo, não tínhamos um único *naturalista zoólogo* nas colónias. O mesmo sucedia no domínio das ciências humanas e sociais. Na antropologia e na etnologia, *não estamos melhor, antes pelo contrário* (Carriso, 1934b, p. 19).

O interesse científico e institucional por estas paragens era quase quimérico. O país parecia divorciar-se do além-mar ao não divisar-lhe mais-valias individuais e colectivas. Inércia quebrada por um testemunho privado: a Companhia dos Diamantes de Angola (1917), “sempre pronta a auxiliar com a maior generosidade os empreendimentos científicos”

(Carriso, 1934b, p. 20). Razão bastante para que o director do IBUC sugerisse recorrer-se aos seus préstimos para ultrapassar um torpor nacional, quase endémico, justificando a escolha da Lunda como palco privilegiado de suas prospecções botânicas, constatando uma proveitosa prática colonial estruturada na ciência.

Era sobretudo necessário continuar a cruzada iniciada pessoalmente anos antes, divulgando com amplitude a importância dos territórios colonizados para o bem-estar do próprio continente português. Fê-lo inúmeras vezes. Uma delas, em plena 1.^a Exposição Colonial Portuguesa (1934), primeiro certame do género realizado com sucesso no país, num momento em que “em matéria de investigação científica colonial estamos numa fase de grande atraso, senão de decadência.” (Carriso, 1934b, p. 21). Conferenciou então (UC, 12 de Setembro) acerca da *Ocupação científica das colónias portuguesas. O que há feito. O que há a fazer*. Aplaudindo a Exposição enquanto expressão de como a “Nação se interessa pelo seu Império” (Carriso, 1934b, p. 7), exaltava a política do Estado Novo, num momento em que o país reagia perante “um chefe, que, com prudência mas com inquebrantável energia, o *tem guiado no seu ressurgimento*” (Carriso, 1934b, p. 8. Nossos itálicos); equiparando-o ao plano italiano. Desse renascimento, L. W. Carriso destacava a ideia colonial, por constituir *a base essencial da nacionalidade* (Carriso, 1934b, p. 8); alicerce e esteio da sua independência. Até porque “Esse movimento de expansão europeia, que *trouxe às raças brancas a hegemonia do mundo*, fomos nós que o iniciamos” (Carriso, 1934a, p. 10), numa defesa do (presumido) ascendente ocidental. Sustentava por isso a colonização efectiva, sendo que,

Colonizar, nas condições actuais da vida mundial, é uma operação extremamente complexa e delicada. É uma operação – digamos o termo próprio – científica, e que tem de ser conduzida cientificamente, com tôdas as cautelas...O conhecimento perfeito do meio onde a operação se realiza é a base indispensável. A colonização sendo, em última análise, a instalação do colono nas colónias, é, fundamentalmente, um problema de ecologia humana (Carriso, 1934b, p. 9. Nossos itálicos)

De contrário, multiplicar-se-iam projectos fracassados e investimentos inutilizados por falta de rigor e desmedidos empirismos. Panorama agravado com o desprendimento da maioria da intelectualidade nacional, circunscrevendo-se os trabalhos realizados a poucas iniciativas particulares ocorridas em décadas prévias.

Se a Exposição portuense revelava o muito a fazer, ela denunciava o muito a concretizar. Principalmente quanto à *investigação científica colonial*. Mesmo no ensino universitário. Procedia-se como se “em Portugal, na terceira potência colonial do Mundo, *como se as colónias não existissem.*” (Carriso, 1934b, p. 21. Nosso itálico). Não que o ensino colonial não competisse às universidades. Pelo contrário, ele devia inscrever-se nos seus programas. Para isso, havia que despertar o corpo docente para a sua relevância, numa altura em que a única monografia completa disponível sobre as colónias, em concreto Angola, fora redigida e impressa em alemão, por alemães. Dava-se, é certo, à estampa o Boletim Geral das Colónias, representando um esforço louvável de difusão de conhecimentos. Mas, os números saídos a lume, “respeitante a uma colónia, é uma colecção de artigos sem qualquer subordinação a um plano de conjunto, e cada monografia, encarada por si, revela vastas lacunas.” (Carriso, 1934b, p. 21). Longe de inculpar o Estado por este *satus quo*, A. W. Carriso interrogava como se permitira destruir colecções e reduzir drasticamente orçamentos vitais à prossecução de trabalhos iniciados em oitocentos. Pior. O Estado nunca solicitou a colaboração de universitários na *obra colonial*, não a estimulou e não a facilitou, num país onde os cientistas nem sempre dispunham das condições essenciais ao desenrolar dos seus trabalhos. Mais do que isso,

Em Portugal a investigação científica não é, apesar dos progressos ultimamente feitos, ainda bem compreendida. *Tudo o que seja trabalho*

desinteressado é tomado, não como um motivo de admiração, respeito e digno de estímulo, mas apenas como uma excentricidade a que se vota a maior indiferença. A pequena produção científica portuguesa – a que existe – é circunscrita aos institutos universitários ou adstritos ao ensino. A iniciativa particular não existe e os legados particulares são tão raros que não podem praticamente contar. *É o Estado que tem de manter não só as necessidades do ensino – essas evidentemente – mas ainda de subsidiar as iniciativas que aqui e ali esporadicamente se revelam* (1939, p. 19. Nossos itálicos)

Portugal não detinha uma cultura científica muito desenvolvida, nem protagonistas habilitados a incentivá-la e a nutri-la. Que decisão tomar? Qual a solução? Antes de mais, uma gestão fundamentada e coesa da produção científica. De que modo? Convocando professores universitários e o país a colaborarem *na grande obra da expansão colonial portuguesa*, a partir da metrópole, por inviabilidade de erguer bases científicas nas colónias pelo dispêndio, inconveniência e (quase) impossibilidade de concretizar um plano desta natureza e envergadura. Com efeito, “Não é fácil reunir, de um momento para o outro, todos os elementos que uma tal base necessariamente exige, tais como bibliotecas e material de comparação.” (Carriso, 1934b, p. 22). Os apoios já existiam na metrópole. Em concreto, no meio universitário, onde se recrutariam os investigadores, cabendo-lhes assegurar o ensino colonial superior. Mas, como estruturar estas investigações? Para L. W. Carriso, a resposta era simples: em *missões temporárias*. Organizadas e orientadas por um organismo estatal a criar em sintonia com os directores de instituições científicas continentais, deveriam observar e recolher *material científico* para ulterior estudo e publicação nas *bases metropolitanas*. Bases que, secundado o geólogo Fernando Mouta (? -1898), ganhariam a forma de um *instituto de investigação científica colonial* (IICC) tutelado pelo MC. Com o tempo, obter-se-ia um *corpo de investigadores coloniais* colocados perante “um vasto campo de trabalho, que lhes permitiria ganhar a vida sendo úteis ao seu País.” (Carriso, 1934b, p. 23). Especializando-se, cumpriam-lhes, entre outros aspectos e envoltos no prevalecente espírito científico essencialista, funcionalista, triunfalista e universalista, recolher exemplares científicos, realizar levantamentos topográficos, proceder a registos fotográficos.

Beneficiavam a ciência, as colónias e a metrópole. Enquanto isso, renovava-se a imagem de Portugal no adverso cenário internacional. Como? Fundando um museu colonial, *o coroamento deste plano*, para o qual havia que coligir material e formar pessoal, inovando preexistências acanhadas quando cotejadas a exemplos estrangeiros: “continuaremos nós a contemplar as glórias do passado sem repararmos nas exigências do tempo presente?” (Carriso, 1934b, p. 23). Por tudo isto, a exposição colonial do Porto devia rasgar uma nova era no olhar metropolitano sobre os territórios de além-mar, confiando-se aos cientistas “a missão de desbravarem o caminho, *conduzindo a Nação aos seus altos destinos.*” (Carriso, 1934b, p. 23. Nosso itálico); numa aliança inequívoca entre produção científica e agendamento político. A demora do país era no entanto substancial nesta matéria, assim como o trabalho a executar. Tarefa, para a qual o país não estava preparado, desencorajando os mais optimistas.

Desenlace

Volvidos sete anos sobre a Missão Botânica a Angola (1927), L. W. Carriso ultrapassou indiferenças e alcançou uma verba especial do MC para a “expedição científica mais importante de todos os tempos aos nossos domínios ultramarinos” (1939, p. 28), a botânica a Angola, cujos propósitos divulgou largamente.

Os consecutivos brados e reptos de L. W. Carriso não caíam no vazio por completo. O seu esboço tomou forma. A administração ultramarina (1936) foi remodelada pelo *Estado Novo* compelido a transformar a mística imperial num usuário nacional, significativamente em plena comemoração do décimo aniversário da Revolução Nacional e necessidade de

autonomizar financeira e economicamente os territórios ultramarinos, de modo a equilibrar o orçamento metropolitano. A 7 de Janeiro de 1936, criou-se, não o IICC, como ambicionara, mas a Junta das Missões Geográficas e Investigações Coloniais (JMGIC), testemunhando a intervenção estatal em assuntos científicos. Estendendo o papel da CC, o novo organismo devia sistematizar o conhecimento científico das colónias, a par do já longo reconhecimento geográfico, coadjuvada pelos serviços geográficos, geológicos e cadastrais do Fomento Colonial. Separava-se, em definitivo, investigação e administração. Presidida pelo antigo colaborador da CC, Alm.te Carlos Gago Coutinho (1869-1959), a JMGIC coordenava a investigação no ultramar, norteando o estudo dos materiais recolhidos pelas missões, enquanto se procurava cimentar a ideia de um império, uma só nação, por dela depender o Acto Colonial (1930). Estavam lançadas deste modo as bases do plano de *Ocupação científica do Ultramar* português (1941), reiterando os óbices assinalados por L. W. Carrisso: improviso, escassez de missões, desconexão entre ciência pura e ciência aplicada; falta de interdisciplinaridade. Urgia, pois, abrir um novo ciclo neste domínio, garantida que estava a ocupação territorial. Havia que iniciar a colonização intensiva apoiada num profundo conhecimento científico dos solos, das floras, das faunas, das gentes, começando pelas colónias de maiores dimensões e potencial holístico.

A 6 de Junho 1937, o coração atraçou-o em pleno deserto do Namibe (Moçâmedes), na sua terceira expedição a este país, porém na 1.ª Missão Botânica a Angola da JMGIC, que idealizara e montara. Integraram-na, sua mulher, Ana Maria Carrisso, o naturalista F. de A. Mendonça e o auxiliar de naturalista Francisco de Sousa, do IBUC, assim como Jara de Carvalho, licenciado em ciências biológicas. Participaram ainda, por Angola, o técnico agrícola J. Gossweiler, e o botânico de Kew, A. Exell e mulher, a convite de L. W. Carrisso. Conseguiu ainda a colaboração de técnicos e amadores, alguns seus antigos alunos (como A. Rocha da Torre e Maria Sofia Pomba Guerra), para organizar colecções a enviar ao IBUC com regularidade: “A investigação científica nas colónias portuguesas, a *ocupação científica das nossas colónias*, como dizia, foi o seu último e mais acarinhado sonho. Procurando realizá-lo, perdeu a vida...” (1939, p. 15). Não sem antes combater com ferocidade uma certa fatalidade timbrada no ser português:

Revolto-me contra o espírito, infelizmente tão vulgar, de cómodo pessimismo, que, de cabeça baixa, aceita a derrota antes da luta, admitindo *a priori* que a raça, já exausta, sofre de irremediável dessoramento (Carrisso, 1928b, p. 12)

Deixava assim a paixão de uma vida: o estudo da flora africana, na sua vertente de Geografia Botânica, como elucida o *Conspectus Flora Angolensis* (1937), cuja publicação iniciou.

Bibliografia

1939. *Notícias sobre a vida e a obra do Prof. Luiz Wittnich Carrisso*. Extractos do Boletim da Sociedade Broteriana. V. XIII – S. 2. Coimbra. Sociedade Broteriana.
- CARRISSO, Luiz Wittnich. 1928a. “A missão Botânica da Universidade de Coimbra à Colónia de Angola, em 1927”. *Boletim da Sociedade Broteriana*, v.6. Coimbra. Imprensa da Universidade de Coimbra.
- CARRISSO, Luiz Wittnich. 1928a. “Investigação científica colonial” – conferência da «Semana das Colónias» realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa, em 28 de Maio de 1928. *Boletim Agência Geral das Colónias*, n.º 38, p. 3-17.
- CARRISSO, Luiz Wittnich. 1928b. *O problema colonial perante a Nação*. Coimbra. Imprensa da Universidade.
- CARRISSO, Luiz Wittnich. 1932a. “A Missão Académica a Angola: os seus objectives e resultados”. - *Boletim Agência Geral das Colónias*, n.º 81.

- CARRISSO, Luiz Wittnich. 1932b. *A missão botânica da Universidade de Coimbra à colónia de Angola, em 1927*. Coimbra. Imprensa da Universidade.
- CARRISSO, Luiz Wittnich. 1934a. *Função colonial das missões religiosas*. Sep. Estudos. Coimbra. Gráfica de Coimbra.
- CARRISSO, Luiz Wittnich. 1934b. *Ocupação científica das colónias portuguesas*. O que há feito. O que há a fazer. Porto. Tipografia Leitão.
- CARRISSO, Luiz Wittnich. 1935. "Relatório sobre a Missão de Estudo realizada em 1929 na Colónia de Angola". – *O mundo português*, II, 1-5.
- CARRISSO, Luiz Wittnich. 1936. "A história natural e o Ultramar Português. A flora e a protecção da natureza". *Alta Cultura Colonial. Discurso Inaugural e Conferência, Agência Geral das Colónias*. Lisboa, p. 375-40.